LAVRINHAS geração de energia

Alupar | ENIXE

Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.

CNPJ nº 06.976.406/0001-90

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016. Colocamo-nos à sua disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários. **A Administração**

Balanços Patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 **(Em milhares de reais)**

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Ativo circulante		**67.993**	**28.274**
Caixa e equivalentes de caixa	5	35.288	17.414
Títulos e valores mobiliários	6	4.815	5.205
Contas a receber de clientes	7	27.829	5.540
Impostos a recuperar		22	89
Despesas pagas antecipadamente		5	6
Outros ativos		34	20
Não circulante		**209.547**	**213.436**
Imobilizado	8	209.280	213.120
Intangível	9	267	316
Total do ativo		**277.540**	**241.710**

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Passivo circulante		**52.408**	**23.550**
Empréstimos e financiamentos	10	10.997	10.921
Fornecedores	11	23.454	1.327
Salários, férias e encargos sociais		409	231
Impostos e contribuições sociais a recolher		2.180	977
Dividendos declarados - partes relacionadas	14.1	12.065	6.732
Provisões de constituição dos ativos	13	3.297	3.356
Outros passivos		6	6
Não circulante		**70.591**	**80.747**
Empréstimos e financiamentos	10	67.945	77.833
Provisões de constituição dos ativos	12	2.646	2.896
Outras obrigações		–	18
Patrimônio líquido		**154.541**	**137.413**
Capital social	14	85.735	85.735
Reserva de lucros	15	68.806	51.678
Passivo e patrimônio líquido		**277.540**	**241.710**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 **(Em milhares de reais)**

		Reserva de lucros				
	Capital social	Reserva legal	Reserva especial de dividendos não distribuídos	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**85.735**	**2.450**	**2.697**	**34.917**	**–**	**125.799**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	28.346	28.346
Reserva legal	–	1.418	–	–	(1.418)	–
Dividendos declarados - partes relacionadas	–	–	–	(10.000)	(6.732)	(16.732)
Transferência para reserva de lucros	–	–	–	20.196	(20.196)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**85.735**	**3.868**	**2.697**	**45.113**	**–**	**137.413**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	22.461	22.461
Reserva legal	–	1.123	–	–	(1.123)	–
Dividendos declarados - partes relacionadas	–	–	–	–	(5.333)	(5.333)
Reversão de reserva especial de dividendos não distribuídos	–	–	(2.697)	2.697	–	–
Transferência para reserva de lucros	–	–	–	16.005	(16.005)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**85.735**	**4.991**	**–**	**63.815**	**–**	**154.541**

Demonstrações do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 **(Em milhares de reais)**

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Receita operacional líquida	16	**78.271**	**54.169**
Custos operacionais	17	**(45.455)**	**(15.116)**
Compra de energia elétrica		(12.564)	(4.244)
Custos dos serviços prestados		(26.524)	(5.162)
Depreciação e amortização	8 e 9	(6.367)	(5.710)
Lucro bruto		**32.816**	**39.053**
(Despesas) Receitas operacionais	17	**(2.437)**	**(2.168)**
Administrativas e gerais		(548)	(575)
Depreciação e Amortização	8 e 9	(51)	(62)
Pessoal		(784)	(887)
Honorários da diretoria e conselho	14.3	(1.054)	(644)
Lucro antes do resultado financeiro		**30.379**	**36.885**
Despesas financeiras	18	(7.588)	(8.689)
Receitas financeiras	18	2.647	2.804
		(4.941)	**(5.885)**
Lucro antes do IR e da CS		**25.438**	**31.000**
IR e CS correntes	19	(2.977)	(2.654)
Lucro líquido do exercício		**22.461**	**28.346**

Demonstrações do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 **(Em milhares de reais)**

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro líquido do exercício	**22.461**	**28.346**
Outros resultados abrangentes	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	**22.461**	**28.346**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 **(Em milhares de reais)**

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		22.461	28.346
Itens que não afetam caixa e equivalentes de caixa			
Depreciação e amortização	8 e 9	6.418	5.772
Baixa do ativo imobilizado	8	–	36
Encargos de dívidas		7.421	8.607
Receita de aplicações financeiras		(464)	(644)
Descontos financeiros obtidos		(280)	–
Atualização monetária - impostos a recuperar		(13)	–
Provisão para rebaixamento do risco hidrológico		11.561	–
Despesa de IR e CS	19	2.977	2.654
		50.081	**44.771**
(Aumento) redução no ativo		**(13.242)**	**(1.206)**
Contas a receber de clientes		(12.489)	(1.348)
Impostos a recuperar		(740)	(22)
Despesas pagas antecipadamente		1	165
Outros ativos circulantes		(14)	(1)
Aumento (redução) no passivo		**1.375**	**(950)**
Fornecedores		766	(336)
Salários, férias e encargos sociais		178	130
Impostos e contribuições sociais a recolher		478	(416)
Provisões de constituição dos ativos		(309)	(328)
Outros passivos circulantes		262	–
IR e CS pagos sobre o lucro		(1.432)	(2.203)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**36.782**	**40.412**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Resgate de investimentos TVM		854	–
Adições no imobilizado	8	(2.529)	(688)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		**(1.675)**	**(688)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamento de dividendos		–	(13.798)
Amortização de principal do financiamento		(10.680)	(10.571)
Pagamento de juros do financiamento		(6.553)	(7.313)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		**(17.233)**	**(31.682)**
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa		**17.874**	**8.042**
Demonstração do aumento no caixa e equivalentes de caixa			
Saldo no início do exercício	5	17.414	9.372
Saldo no final do exercício	5	35.288	17.414
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa		**17.874**	**8.042**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

(Em milhares de reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Usina Paulista Lavrinhas de Energia S/A é uma "Sociedade de Propósito Específico - SPE", tendo como objetivo social construir, implantar, operar e manter as instalações da Pequena Central Hidrelétrica Lavrinhas - PCH, explorando o potencial de energia hidrelétrica do Rio Paraíba do Sul e a atividade de comercialização dessa energia, na qualidade de produtora independente. A Usina encontra-se instalada no município de Lavrinhas - SP, limite entre os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. A sede social da empresa está localizada na Rua Gomes de Carvalho, nº 1996, 15º andar, conjunto 151, sala M, São Paulo - SP. A ANEEL através da Resolução Autorizativa nº 138/2004, de 6 de abril de 2004, autorizou a implantação e exploração da PCH Lavrinhas. Esta autorização foi transferida para a SPE Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A. através da Resolução nº 716/2006, de 03 de outubro de 2006. Através da Resolução nº 1005/2007, de 14 de agosto de 2007, a ANEEL anuiu a transferência do controle societário para a Alupar Investimento S.A. A Usina possui duas turbinas com potência equivalente a 15 MW cada. Em 03 de setembro de 2011 a primeira turbina entrou em operação comercial, e a segunda turbina em 05 de maio de 2012. Com a instalação da Usina, a Companhia passou a contar com potência instalada total de 30 MW, cuja geração efetiva atende a despacho do Operador Nacional do Sistema - ONS. As atividades de geração, operação e comercialização de energia são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME, e a atividade de operação pelo ONS, responsável por operar o Sistema Interligado Nacional - SIN. A autorização vigorará pelo prazo de trinta anos, a contar da data da sua publicação (até 2034).

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A emissão destas demonstrações contábeis da Companhia foi autorizada pela Diretoria em 08 de março 2018. **2.1 Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis da Companhia, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2 Base de preparação e apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. **2.3 Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. **2.4 Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos relevantes sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis. **3.1 Ativos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. ***3.1.1 Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários:*** Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado. ***3.1.2 Contas a receber de clientes:*** A Companhia classifica os saldos de contas a receber de clientes como instrumentos financeiros "recebíveis". Recebíveis são representados por instrumentos financeiros não derivativos com recebimentos fixos, e que não estão cotados em um mercado ativo. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, por ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação ou por créditos de liquidação duvidosa. ***3.1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa:*** A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, está constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos. O critério utilizado pela administração da Companhia é o de se efetuar análise individual sobre as contas julgadas de difícil recebimento. Em 31 de dezembro de 2017 a administração avaliou não ser necessária a constituição de uma provisão para créditos de liquidação duvidosa. ***3.1.4 Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros:*** Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (impairment). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não identificou nenhum indicador, através de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos. ***3.1.5 Instrumentos financeiros derivativos:*** Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2017 e 2016, incluindo operações de *hedge*. **3.2 Provisão para redução ao provável valor de realizados ativos de longo prazo:** A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos de longo prazo com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia não identificou nenhum indicador, através de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos de longo prazo. **3.3 Provisões e passivos circulantes e não circulantes:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é mais provável que não, que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. **3.4 Passivos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** Os passivos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são deduzidos do custo da transação diretamente relacionado. Posteriormente são mantidos ao custo amortizado. Fornecedores, empréstimos e financiamentos são classificados como empréstimos e recebíveis. **3.5 Instrumentos financeiros - Apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.6 Imobilizado:** O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição e/ou construção, mais juros capitalizáveis menos a depreciação acumulada. A depreciação é calculada com base na vida útil econômica estimada dos bens, pelo método linear, por categoria de bem, nos termos da Resolução ANEEL nº 674/2015. A administração revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso. Com o objetivo de avaliar o valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (Unidade Geradora de Caixa - UGC). Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. **3.7 Intangível:** O ativo intangível está registrado pelo custo de aquisição deduzido da melhor estimativa de amortização. **3.8 Tributação:** ***3.8.1 Impostos sobre as vendas:*** As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%; e • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3,00%; Esses tributos são calculados com base no regime de caixa e são deduzidos das receitas de vendas, as quais são apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. E também: • Imposto sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços • ICMS Substituição tributária; e • Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica. ***3.8.2 Imposto de renda e contribuição social - Correntes:*** O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas as alíquotas de 8% e 12% respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% acrescidas de 10% sobre o que exceder R$ 60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%. **3.9 Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. **3.10 Dividendos:** Os dividendos propostos a serem pagos e fundamentado em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante. O Estatuto Social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício seja distribuído aos acionistas a título de dividendos. Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório. **3.11 Reconhecimento da receita:** ***3.11.1 Receita de geração de energia elétrica:*** A Companhia reconhece a receita de venda de energia elétrica no resultado de acordo com as regras de mercado de energia elétrica, a qual estabelece a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração da energia entregue, conforme as bases contratadas ocorrem em bases mensais. A Companhia registra no mês de competência uma estimativa contábil do faturamento. A emissão do documento fiscal dar-se-á até o final da primeira quinzena subsequente ao mês de competência. **3.12 Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa, e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidas pelo método de juros efetivos. A Companhia classifica os juros pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

4. PRONUNCIAMENTOS NOVOS OU REVISADOS

4.1 Novas normas, alterações e interpretações de normas: Uma série de novas normas ou pronunciamentos serão efetivos para exercícios após a data destas demonstrações contábeis, sendo que a Companhia não as adotou na preparação destas demonstrações contábeis e não planejam adotá-los de forma antecipada. **Pronunciamento - Descrição - Vigência:**CPC 47/IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes - Refere-se à convergência do IASB sobre reconhecimento de receita. - Exercícios iniciados em/ ou após 1º de janeiro de 2018; CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - Refere-se ao projeto de substituição do CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. - Exercícios iniciados em/ou após 1º de janeiro de 2018; CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil - Refere-se à contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial; Exercícios iniciados em/ou após 1º de janeiro de 2019. A Administração da Companhia avaliou a aplicação dos Pronunciamentos Técnicos CPC 47, 48 e 06 (R2) e concluiu que não há impactos sobre os saldos reportados anteriormente.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e equivalentes de caixa:	35.288	17.414
Numerário disponível	5.901	263
Aplicações financeiras	29.387	17.151

As aplicações financeiras são de liquidez imediata, sem carência e foram remuneradas, em média, de 90% a 100,8% do CDI em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2017	31/12/2016
Ativo circulante - TVM	4.815	5.205

Essas aplicações financeiras referem-se à constituição de conta reserva definida nos contratos de empréstimos da Companhia com o BNDES, com característica de baixa liquidez e baixo risco de crédito, com remuneração efetiva do CDI na média de 99,5% a 100,8 % de CDI em 31 de dezembro de 2017, comparado de 100,8% do CDI em 31 de dezembro de 2016. Esta conta consiste na obrigação de manter, no mínimo, três prestações do financiamento retidas.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31/12/2017	31/12/2016
Suprimento de energia elétrica	27.829	5.540

8. IMOBILIZADO

A composição e movimentação do ativo imobilizado é a seguinte:

Em serviço	Taxa média anual de depreciação	31/12/2016	Adições	Transferências	31/12/2017
Terrenos	0%	2.184	–	229	2.413
Reservatórios	3%	103.430	–	5.597	109.027
Edificações	2%	34.015	–	90	34.105
Máquinas	3%	94.803	24	4.188	99.015
Veículos	34%	396	–	200	596
Móveis e Utensílios	27%	85	–	(18)	67
Em curso		7.781	2.505	(10.286)	–
Total do custo do imobilizado		**242.694**	**2.529**	**–**	**245.223**
Depreciação		**(29.574)**	**(6.369)**	**–**	**(35.943)**
Reservatórios		(11.711)	(2.480)	–	(14.191)
Edificações		(3.765)	(708)	–	(4.473)
Máquinas		(13.814)	(3.099)	110	(16.803)
Veículos		(256)	(76)	(126)	(458)
Móveis e Utensílios		(28)	(6)	16	(18)
Total do imobilizado líquido		**213.120**	**(3.840)**	**–**	**209.280**

9. INTANGÍVEL

A composição e movimentação do ativo intangível é a seguinte:

Em serviço	Taxa	31/12/2016	Adições	31/12/2017
Servidões	0%	193	–	193
Software	20%	117	–	117
Outros intangíveis	6%	192	–	192
Total do custo do intangível		**502**	**–**	**502**
Amortização		**(186)**	**(49)**	**(235)**
Software		(93)	(9)	(102)
Outros intangíveis		(93)	(40)	(133)
Total do intangível líquido		**316**	**(49)**	**267**

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a. O saldo de empréstimos e financiamentos é composto da seguinte forma:

			Circulante				Não circulante - Principal	
Instituições	Vencimento	Taxa	Encargos	Principal	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
BNDES	15/04/25	TJLP + 1,93%	236	9.445	9.681	9.610	59.821	68.527
BNDES	15/04/25	TJLP + 2,22%	33	1.283	1.316	1.305	8.124	9.306
FINAME	15/02/17	TJLP + 5,00%	–	–	–	4	–	–
FINAME	15/02/17	TJLP + 5,70%	–	–	–	2	–	–
			269	**10.728**	**10.997**	**10.921**	**67.945**	**77.833**

Recursos - BNDES: Em 11/03/2009, a Companhia celebrou o contrato, cujo montante original financiado foi de R$ 111.185, corrigidos à TJLP mais juros de 1,93% a.a. e com amortização inicial em 15/07/2010. Em 03/08/2010, a companhia celebrou outro contrato, a título de pleito complementar de financiamento, cujo montante original financiado foi de R$ 16.875, corrigidos a TJLP mais juros de 2,22%a.a. O prazo de financiamento é de 168 parcelas mensais, iniciado amortização em 15/04/2011 e a última parcela dar-se-á em 15/05/2025. A Companhia forneceu penhor ao BNDES de seus direitos emergentes da Autorização ANEEL nº 138º, de 06/04/2004, e subsequentes alterações, além dos direitos creditórios oriundos do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica de 16/10/2007, firmado com a BRF Foods Brasil S.A. Os contratos que a Companhia possui com o BNDES estabelecem condições restritivas que são: a de manter Índice de Capital Próprio (Índice de Capitalização) igual ou superior a 25% e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo 1,2, apurados anualmente. Em 31/12/2017 a companhia atendeu o Índice de Capitalização e o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD). **b. As parcelas relativas ao financiamento (principal mais encargos) atualmente classificadas no passivo não circulante tem os seguintes vencimentos: 2019 - 2020 - 2021 - 2022 - Após 2022 - Dívida Total;** 10.728 - 10.728 - 10.728 - 10.728 - 25.033 - 67.945.

11. FORNECEDORES

	31/12/2017	31/12/2016
Materiais e serviços	214	430
Retenção contratual	214	177
Liquidação negativa CCEE	–	602
Compra de energia	348	118
Compra de energia - partes relacionadas	1.317	–
Rebaixamento Hidrológico - GSF	21.361	–
	23.454	**1.327**

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia realizou uma provisão no montante de R$ 21.361 referente exposição financeira frente o mecanismo de GSF. Tal impacto foi contabilizado na rubrica de Custos dos Serviços Prestados em contrapartida na rubrica de Fornecedores. O assunto está sendo discutido através de Ação Ordinária proposta diretamente pela Companhia contra a ANEEL objetivando que até o trânsito em julgado da presente ação, aloque mensalmente à autora, no âmbito do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, o montante de energia elétrica equivalente a no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) da garantia física. Este montante representa a melhor estimativa da administração da Companhia em relação a desembolso futuro de caixa, considerando que este tema está em evolução e que nossa liminar está vigente desde julho de 2015, a Companhia não prevê impactos significativos acima dessa estimativa contabilizada.

12. PROVISÕES DE CONSTITUIÇÃO DE ATIVO

As provisões para obrigações vinculadas à usina pelo custo de implantação do empreendimento que serão desembolsados financeiramente de acordo com o cronograma de conclusão destas obras e podem ser assim demonstradas:

	31/12/2016	Realização	31/12/2017
Serviços			
Passivo circulante	3.356	59	3.297
Passivo não circulante	2.896	250	2.646
	6.252	**309**	**5.943**

A contrapartida pela constituição dessas provisões foi registrada no ativo imobilizado.

13. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Não existem processos judiciais, administrativos ou arbitrais que, individualmente e na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio. As demandas de probabilidade de perda possível resumem-se a 02 processos de natureza trabalhista, com montante de valor total de risco aproximado de R$ 52, e 01 processo de natureza cível, sem montante de valor em risco. Atualmente a Companhia também possui uma demanda de perda classificada como possível, sendo beneficiária por liminar concedida em ação ordinária proposta por intermédio da Associação de Classe (APINE), contra a União Federal, impedindo a aplicação dos efeitos da Resolução CNPE nº 03/2016 que, em suma, objetivou a inclusão dos geradores hidrelétricos no rateio do custo do despacho das Usinas Termelétricas fora da ordem de mérito econômico para garantir o suprimento energético. Em 31 de dezembro de 2016 o valor de Encargos de Serviços do Sistema a ser registrado nas Companhias, caso a liminar não seja mantida, será no montante de R$ 1.754.

14. PARTES RELACIONADAS

14.1 Transações com partes relacionadas: Conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 5 (R1), identifica-se como partes relacionadas os acionistas, empresas ligadas ao grupo controlador, os administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os saldos em aberto na data-base das demonstrações financeiras provenientes de transações ativas e/ou passivas com partes relacionadas são:

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Passivo circulante		**13.524**	**6.874**
Prestação de serviços - AF Energia S/A		142	142
Compra de Energia Elétrica - Alupar		1.317	–
Dividendos declarados aos acionistas	15	12.065	6.732
Demonstrações de resultado		**5.264**	**1.931**
Prestação de serviços - AF Energia S/A	17	2.170	1.931
Compra de Energia Elétrica - Alupar	17	2.099	–
Compra de Energia Elétrica - Ferreira	17	995	–

14.2 Garantias: Empresa Garantidora - Data da Autorização - Órgão Autorizador - Contrato - Garantia - Início do Contrato - Encerramento do Contrato - Valor do Contrato - Saldo devedor do contrato em 31/12/2017: Alupar - 01/02/2008 - Conselho de Administração - Financiamento - BNDES - Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações - 11/03/2009 - 15/04/2025 - 111.185 - 67.945; Alupar - 14/06/2010 - Conselho de Administração - Financiamento - BNDES - Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações - 08/09/2010 - 15/04/2025 - 16.875 - 10.997; Alupar - 24/06/2016 - Diretoria - Aditamento ao Instrumento Particular de Constituição de Garantia por Prestação de Fiança nº 180660814 - Prestação de garantia no Contrato de Conexão ao Sistema de Transmissão - CCT CETEEP nº 059/2008 - 01/08/2017 - 27/07/2018 - 20 - –. **14.3 Remuneração da alta administração:** A política de remuneração da Companhia aplicável aos Administradores estabelece uma remuneração fixa aos membros da Diretoria e aos membros do Conselho de Administração. O Conselho de Administração faz jus à remuneração de valor equivalente a 10% daquela devida à Diretoria. Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a remuneração foi conforme segue:

	31/12/2017	31/12/2016
Benefícios de curto prazo (a)	1.021	580
Remuneração do conselho	33	64
Total	**1.054**	**644**

(a) Compostos por ordenados, salários e benefícios como assistência médica, seguro de vida e vale-refeição.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social subscrito e integralizado é de R$ 85.735, dividido em 67.383.430 (sessenta e sete milhões, trezentas e oitenta e três mil, quatrocentas e trinta) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a composição societária é a seguinte:

	31/12/2017		31/12/2016	
	Ordinárias		Ordinárias	
Acionistas	**Quantidade**	**%**	**Quantidade**	**%**
Alupar Investimento S/A	43.252.860	64,19	43.252.860	64,19
Enixe Energias	24.130.570	35,81	24.130.570	35,81
Total das ações	67.383.430	100,00	67.383.430	100,00

A acionista controladora da Companhia é a Alupar Investimento S.A. ("Alupar"). **Reserva de Lucros:** ***a. Reserva legal:*** 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. ***b. Lucros retidos:*** Os lucros remanescentes são mantidos na conta de reserva à disposição da Assembleia, para sua destinação. **Destinação do resultado:** De acordo com o Estatuto Social da Companhia, os acionistas terão direito de receber como dividendo mínimo obrigatório não cumulativo, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, deduzido da importância destinada à constituição de reserva legal.

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro líquido do exercício	22.461	28.346
Reserva legal	(1.123)	(1.418)
Subtotal	**21.338**	**26.928**
Dividendo mínimo obrigatório	(5.333)	(6.732)
Reserva de lucros	(16.005)	(20.196)
Saldo de lucros acumulados	–	–

16. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2017	31/12/2016
Receita Bruta	**81.403**	**59.799**
Deduções: PIS	(463)	(368)
COFINS	(2.138)	(1.696)
ICMS	(461)	(3.489)
TFSEE	(70)	(77)
	(3.132)	**(5.630)**
Receita operacional líquida	**78.271**	**54.169**

17. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

		31/12/2017		31/12/2016	
Custos não gerenciáveis	**Nota**	**Custos**	**Despesas**	**Custos**	**Despesas**
TUSD		(414)	–	(291)	–
Doações, contribuições		(32)	–	(28)	–
		(446)	**–**	**(319)**	**–**
Custos gerenciáveis					
Energia comprada		(9.470)	–	(4.244)	–
Energia comprada- partes	14.1	(3.094)	–	–	–
Seguros		(212)	(2)	(173)	(14)
Aluguéis		(154)	(143)	(183)	(162)
Pessoal		(1.180)	(784)	(977)	(887)
Honorários da diretoria		–	(1.054)	–	(644)
Material		(294)	(2)	(304)	(5)
Serviços Terceiros		(695)	(400)	(1.266)	(355)
Serviços Terceiros - partes	14.1	(2.170)	–	(1.931)	–
Provisão para contingências		(21.361)	–	–	–
Outros		(12)	(1)	(9)	(39)
		(38.642)	**(2.386)**	**(9.087)**	**(2.106)**
Depreciação e Amortização		(6.367)	(51)	(5.710)	(62)
		(6.367)	**(51)**	**(5.710)**	**(62)**
Total		**(45.455)**	**(2.437)**	**(15.116)**	**(2.168)**

O montante de R$ 12.564 referente ao custo com compra de energia ocorreu em função da sazonalização da garantia física no exercício de 2017 para que a Companhia cumprisse seus contratos de venda de energia no ambiente livre e minimizasse sua exposição financeira no âmbito da CCEE.

18. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2017	31/12/2016
Receitas Financeiras	**2.647**	**2.804**
Receita de aplicações financeiras	2.354	2.802
Outros	293	2
Despesas Financeiras	**(7.588)**	**(8.689)**
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(7.421)	(8.607)
Outros	(167)	(82)
Total Líquido	**(4.941)**	**(5.885)**

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES

	31/12/2017		31/12/2016	
	IR	CS	IR	CS
CCEE	71.728	71.728	59.799	59.799
(–) ICMS	(461)	(461)	(3.489)	(3.489)
	71.267	**71.267**	**56.310**	**56.310**
Presunção de lucro - 8%/12%	**5.701**	**8.552**	**4.505**	**6.757**
Receita financeira	2.647	2.647	2.802	2.802
Base de Cálculo IR e CS	**8.348**	**11.199**	**7.307**	**9.559**
Alíquota	15%	9%	15%	9%
Alíquota de Adicional IRPJ	10%	–	10%	–
	2.062	**1.008**	**1.802**	**860**
Outros ajustes	(74)	(19)	(5)	(3)
Total dos tributos correntes	**1.988**	**989**	**1.797**	**857**
LAIR	37.000		31.000	
Alíquota efetiva	**8,05%**		**8,56%**	

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Considerações gerais: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. **20.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros:** As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo e classificação dos instrumentos financeiros foram as seguintes: • Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil assim a divulgação destes permanece inalterada e são classificados da seguinte forma: Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários como valor justo por meio do resultado, contas a receber de clientes como custo amortizado e fornecedores como outros passivos financeiros. • Empréstimos financiamentos e encargos de dívidas (líquidos dos custos a amortizar): *BNDES:* em decorrência desse contrato não ser contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas um ente governamental. Diante do exposto acima, a Companhia utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas. Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no período findo em 31/12/2017 e 2016. **20.2 Hierarquia do valor justo:** A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: **• Nível I** - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos; **• Nível II** - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e **• Nível III**- técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no período findo em 31/12/2017, não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II. Em 31/12/2017 e 2016 a Companhia classificou como Nível II os títulos e valores mobiliários e os equivalentes de caixa. **20.3 Riscos resultantes de instrumentos financeiros:** A Companhia possui os seguintes riscos associados aos seus negócios: ***Risco de crédito:*** O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos alocados em caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e conceitos internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor para minimizar o risco de inadimplência. ***Risco de taxas de juros:*** Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. ***Risco de regulação:*** As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia. ***Risco hidrológico:*** A combinação dos três fatores: (i) baixo nível de armazenamento de energia nos reservatórios do SIN (ii) permanência do atual cenário de despacho termoelétrico elevado (iii) a obrigação de entrega da garantia física - poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, o que pode afetar os seus resultados financeiros futuros. ***Risco de descontratação:*** Atualmente, todos os recursos das hidrelétricas da Companhia estão vendidos para o ACL. A receita de geração está sujeita também ao preço de contratação desta energia. Eventuais sobras ou faltas de energia terão o seu preço determinado nas condições do mercado de curto prazo, ou seja, Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). ***Risco de taxas de câmbio:*** A Companhia não tem operações em moeda estrangeira. ***Risco de liquidez:*** Tão importante quanto a qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos. A Companhia tem como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam controles de riscos. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração ***Análise de sensibilidade:*** *Análise de sensibilidade das dívidas:* Com base no relatório FOCUS de 29/12/2017, foi extraída a projeção dos indexadores IPCA e TJLP e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%. Para verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas foram definidos 05 cenários diferentes. Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data-base utilizada foi 31/12/2017 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Projeção Despesas Financeiras - Um Ano

	Indexador	Taxa a.a.	31/12/2017	(-50%)	(-25%)	provável	(+25%)	(+50%)
				3,50%	5,25%	7,00%	8,75%	10,50%
BNDES	TJLP+	1,93%	59.821	3.289	4.356	5.423	6.490	7.557
BNDES	TJLP+	2,22%	8.124	471	616	762	907	1.052

21. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição, plano de previdência privada (onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida) e educação continuada. No plano de contribuição definida, a Companhia patrocina um plano de previdência, mas deixa o risco para os beneficiários que podem ganhar mais ou menos de acordo com a gestão dos recursos, a patrocinadora não tem responsabilidade de garantir um valor mínimo ou determinado. Nesse caso a obrigação do empregador nos planos de contribuição definida são as contribuições.

A Diretoria

Contadora: Patrícia Nalini Savio Ferreira - CRC 1SP237063/O-2

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas e Diretores da **Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A. -** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 08 de março de 2018

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Anselmo Neves Macedo
Contador - CRC 1SP160482/O-6